



ITINERÁRIOS TEÓRICOS DA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL¹

Maria Salett Tauk Santos²

Resumo

O texto analisa a trajetória de convergência da comunicação e educação, demonstrando como estas matrizes contribuíram para a formação do campo da comunicação para o desenvolvimento. O ponto de partida da análise foi a experiência de comunicação para o desenvolvimento vivenciada em um assentamento de reforma agrária nos anos de 1980, publicada no livro *Comunicação e Educação: caminhos cruzados* (KUNSCH,1986) . Os itinerários teórico e metodológico foram construídos a partir de dados secundários, por meio das pesquisas bibliográfica e documental. Os dados evidenciam que se de um lado a comunicação/educação para o desenvolvimento avançou na construção da participação popular, por outro tem um desafio maior a enfrentar: a construção do desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Comunicação para o desenvolvimento; educação; desenvolvimento local; consumo; hibridização cultural

THEORETICAL PATHS OF COMMUNICATION AND EDUCATION FOR LOCAL DEVELOPMENT¹

¹ Trabalho apresentado no XXXIX Congresso de Ciências da Comunicação – Intercom – São Paulo - 5 a 8 de setembro de 2016.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Brasil (1994) Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, PE, Brasil. E-mail: mstauk@hotmail.com

Abstract

The text analyzes the convergence paths of communication and education, showing how these matrices have supplied the establishment of communication field for development. The starting point of the analysis was the experience with communication for development undergone in a land reform settlement circa 1980, published in the book “Communication and Education: crossed paths” (KUNSCH, 1986). The theoretical and methodological paths were built on secondary data from bibliographic and documental researching. Data endorse that, if from one side, communication and education for the development has evolved in the construction of popular participation, from the other, there is an even bigger challenge to face: the construction of local sustainable development.

Keywords: Communication for development; education; local development; consumption; cultural hybridization

Introdução

O livro *Comunicação e Educação: Caminhos Cruzados*, publicado em 1985 e cujo tema está sendo revisitado pelo Intercom 2016, marca o início de uma trajetória que venho construindo ao longo dos últimos 30 anos no sentido de aproximar o esforço da Educação à Comunicação para o Desenvolvimento. Naquela obra eu trago uma experiência de educação informal a partir de uma pedagogia problematizadora inspirada em Paulo Freire, cujo aspecto marcante era estimular a cooperação entre os assentados da Reforma Agrária no município de Surubim, no estado de Pernambuco.

As dinâmicas educacionais desenvolvidas com a população de pequenos agricultores assentados voltavam-se a viabilizar, por meio da administração coletiva da terra, o desenvolvimento social e econômico de todos que ali viviam e trabalhavam.

Nessa experiência embrionária aparecem elementos que vão constituir o alicerce do campo da Comunicação/Educação para o Desenvolvimento: a compreensão de que implica um esforço para a mudança social e a de que a mudança pressupõe uma luta política com base nesses pressupostos. Diante disso, o objetivo principal deste texto é traçar o itinerário da Comunicação para o Desenvolvimento a partir dos anos 1980, como esse campo foi sendo construído a partir das convergências erigidas das interfaces da Comunicação e da Educação. Dessas duas matrizes, a Comunicação para o Desenvolvimento traz o compromisso com o esforço voltado a produzir mudanças sociais.

Ao considerar o seu caráter político, podemos distinguir dois tipos de mudança compreendidos nas ações da Comunicação/Educação voltadas para o Desenvolvimento: a mudança induzida e a mudança construída.

A mudança induzida acha-se associada às práticas da Extensão Rural implantadas no Brasil na década de 1940. O estado brasileiro, objetivando viabilizar uma política modernizadora do campo, importa o modelo difusionista de Wisconsin e Michigan, e por meio de um sistema organizacional articulado em todo o Território Nacional, liderado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), depois EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, o governo cria um sistema de Comunicação Rural, segundo os preceitos do manual de Timmer (1954) que recomendava “persuadir as populações locais a aceitar a nossa propaganda”. Referia-se às informações tecnológicas que os agricultores deveriam incorporar para que as mudanças sociais

acontecessem na direção da modernização do campo (TAUK SANTOS, 2000).

A noção de mudança dentro do modelo difusionista da Comunicação Rural é, portanto, a de um processo induzido, planejado de fora para dentro do ambiente, onde deve acontecer. Nesse modelo, a Comunicação/Educação aparece como a viabilizadora das políticas modernizadoras do Estado, que toma para si a tarefa de promotor e provedor do desenvolvimento nacional.

A principal crítica ao difusionismo foi a de Paulo Freire, no seu livro *Extensão ou Comunicação* (1969). A proposta de Freire constitui um divisor de águas na Teoria da Comunicação/Educação para o Desenvolvimento. Os atores sociais, que no difusionismo são considerados objetos da mudança, Freire propõe enxergá-los como sujeitos de uma prática dialógica. A mudança social seria, portanto, uma ação ativa dos atores envolvidos no processo, empenhados “na transformação constante da realidade” (FREIRE, 1985).

Ao privilegiar o diálogo na comunicação e a valorização do homem como sujeito da mudança, Freire desloca a noção de mudança, enquanto processo induzido, para o patamar de processo construído pelos atores sociais envolvidos. Compreensão que será fundamental para a Comunicação/Educação, não apenas naquele momento histórico vivido pela América Latina dos anos 1970, como também para a perspectiva do Desenvolvimento Local que a Comunicação Rural tenta construir a partir dos anos 1990, como veremos mais adiante (TAUK SANTOS, 2014).

Duas correntes teóricas distintas, portanto, norteiam a trajetória dos estudos de Comunicação/Educação no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: o Difusionismo Modernizador, consolidado pelos postulados teóricos funcionais de David Berlo, Everett Rogers, Wilbur Schramm, Daniel Lerner, entre outros (SANTOS, 1994) e a corrente da Comunicação Participativa, fundamentada na combinação da interpretação estrutural marxista do belga Armand Mattelart (1976), voltada para o estudo da dominação ideológico-imperialista exercido pelos meios de Comunicação de Massa e a proposta contida na pedagogia de Paulo Freire, voltada para a participação popular (TAUK SANTOS, 2014).

Comunicação para o desenvolvimento nos anos 1980-1990

Os anos 1980 foram fundamentais para consolidar o cenário empírico e teórico da Comunicação/Educação voltada para a participação popular, defendida por Paulo Freire. Nessa perspectiva,

os avanços foram trazidos graças à disseminação dos estudos de Gramsci na América Latina. Basicamente, nos estudos da Comunicação, o aporte gramsciano se baseia em dois princípios: o de considerar a comunicação como fenômeno indissociado da cultura e o deslocamento de conceito de dominação, tão caro à comunicação participativa dos anos sessenta/setenta, para o conceito de hegemonia.

A perspectiva gramsciana pressupõe que a existência das culturas populares se deve ao fato de a sociedade gerar, em suas formas de reprodução: a) uma apropriação desigual dos bens econômicos e culturais por parte das diferentes classes na produção e no consumo; b) uma elaboração própria de suas condições de vida e da satisfação de suas necessidades nos setores excluídos da participação plena do produto social; c) uma interação muitas vezes conflitiva entre as classes populares e as hegemônicas pela apropriação dos bens.

Canclini (1993, p.103) assinala, entretanto, que as especificidades das culturas populares não advêm apenas do fato de elas se apropriarem dos bens da sociedade de forma desvantajosa; derivam igualmente do fato de que “o povo produz no trabalho e na vida formas específicas de representação, reprodução e reelaboração simbólica das suas relações sociais”. É nesse sentido que, assim como o espaço das culturas populares é perpassado pela cultura hegemônica, esta também é penetrada pelas culturas populares.

Com as mudanças socioculturais decorrentes dos processos de globalização, a perspectiva de pensar as culturas populares de forma relacional à cultura hegemônica, mediatizadas pela noção de classe, cede lugar a uma abordagem considerando-as em processo de hibridização com a cultura massiva e suas relações com o consumo. A relação cultura hegemônica/culturas populares já não dá mais para interpretar a desigualdade a que vivem submetidas as culturas populares contemporâneas, considerando, como assinala Canclini, que já não se impõe uma cultura homogênea. Em consequência disso, “o popular se reformula como uma posição que reivindica uma intercomunicação massiva permanente” (ESCOSTEGUY, 2001, p.117)

Hibridização cultural

A hibridização deriva de “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 1990, p.19). Para Canclini (1990), o termo hibridização é o mais adequado para significar processos de relações a que estão submetidas as culturas populares contemporâneas. Muito mais do que

sincretismos, que se refere a combinações de práticas religiosas tradicionais; mestiçagem, que diz respeito à fusão entre povos e culturas desses povos; e crioulização, que trata de misturas interculturais que envolvem a língua, “a palavra hibridização aparece mais dúctil para nomear não só as combinações de elementos étnicos ou religiosos, mas também a de produtos das tecnologias avançadas e processos sociais modernos ou pós-modernos” (CANCLINI, 1996, p.8).

Um dos fenômenos por meio dos quais a hibridização se manifesta, e que constitui o mais recorrente nas culturas populares, é a reconversão cultural. Ela pode ocorrer de modo não-planejado, como resultado de processos migratórios, turísticos ou de intercâmbio comunicacional ou econômico. Entretanto, frequentemente ela surge da intenção deliberada de reconverter um código cultural, preexistente, em novas condições de produção e mercado (CANCLINI, 1996).

É necessário compreender, entretanto, que em muitos casos, as reconversões que realizam as culturas populares, em relação à cultura massiva, não se dão de forma natural ou espontânea. Reconverter os códigos da sua cultura em outra, com a intenção de se inserir no mercado de trabalho; participar de uma ordem social; ou simplesmente ser reconhecido, representa em muitos casos, uma experiência penosa e difícil para as culturas populares, considerando que “a principal característica dos contextos populares é a contingência, ou seja, o acesso aos bens materiais e imateriais se dá de forma incompleta, desigual ou desnivelada (TAUK SANTOS, 2001)

O aporte do popular, enquanto cultura híbrida, é útil ao campo da Comunicação/ Educação na medida em que ajuda a interpretar como se dão as mudanças sociais em tempo de pós-modernidade latino-americana na qual persistem costumes, pensamentos mágicos, como resultado do acesso desigual das culturas populares aos bens materiais e simbólicos da modernidade.

Nessa perspectiva, vale a recomendação de Jesús Martín-Barbero, que para se compreender o popular contemporâneo, é necessário:

Incluir no estudo do popular não só aquilo que culturalmente produzem as massas, mas também o que consomem, aquilo de que se alimentam; e a de pensar o popular na cultura não como algo limitado ao que se relaciona com o seu passado, mas também e principalmente o popular ligado à

modernidade, à mestiçagem e à complexidade do urbano (MARTÍN-BARBERO, 1987, p.56)

O consumo

O consumo, portanto, é uma abordagem-chave nas preocupações explicativas sobre as culturas populares contemporâneas, por constituir o lugar onde se materialize a desigualdade social.

Ao considerar o consumo como um dos espaços importantes onde se constituem as culturas populares, Canclini o situa em um processo ambivalente. De um lado, considera que é no âmbito do consumo que se dá “o conflito originado pela participação desigual na estrutura produtiva, conflito que se prolonga na distribuição dos bens e na satisfação das necessidades” (CANCLINI, 1988, p.52)

Por outro lado, Canclini (1998) observa que o consumo funciona igualmente como um fator de integração, na medida em que não tem por finalidade apenas a posse de um objeto ou satisfação de uma necessidade, mas também o de definir valores comuns:

Em tempo de fraturas e heterogeneidade, de comunicações fluidas das ordens transnacionais da informação, da moda e do saber... Encontramos códigos que nos unificam. Porém, esses códigos compartilhados são cada vez menos o da etnia ou da nação onde nascemos... Uma nação se define menos, a essa altura, por seus limites territoriais... Mas, sobrevive como uma comunidade hermenêutica de consumidores cujos hábitos tradicionais levam-na a relacionar-se de um modo peculiar com objetos e informações circulantes nas redes internacionais (CANCLINI, 1995)

Ao corroborar com a teoria de que o consumo constitui um espaço fértil para interpretação de como agem e o que aspiram as culturas populares, um estudo com agricultores familiares envolvidos numa experiência de Comunicação/ Educação para o Desenvolvimento, no Agreste de Pernambuco, evidenciou que as condições materiais concretas desfavorecidas desses agricultores negavam o consumo. Entretanto, eles afirmavam o consumo nas suas aspirações para o futuro de suas vidas e a de seus filhos (TAUK SANTOS, 1996).

Comunicação / Educação para o desenvolvimento do Século XXI

Feito o balanço do desenvolvimento nos anos 1990, sob o Estado Neoliberal, a década de 1990 foi considerada a década da exclusão, observada pelo aumento da pobreza rural e pela precariedade de acesso da população pobre do campo, entre outros, à terra, à moradia, à educação, à comunicação (TAMOYO *apud* THORNTON, 2006).

No que se refere à Comunicação/ Educação para o desenvolvimento, tanto o modelo governamental, preocupado em transformar as comunidades locais no sentido de conectá-las a um modelo de desenvolvimento mais global; quanto ao modelo praticado pelas ONGs, voltado a incrementar a participação local para enfrentar os efeitos do modelo governamental neoliberal, não foram capazes de sedimentar uma proposta de desenvolvimento que garantisse, além de espaço de democratização política, instrumentos que promovessem uma racionalidade econômica produtiva apoiada em possibilidades locais (TAUK SANTOS; CALLOU, 1995).

Tal cenário, agravado pela crise operada pela tecnologia, pelo aceleração do processo de globalização da economia, pelas políticas neoliberais e suas consequências, como a crise do desemprego e do Estado Providência e dos efeitos desastrosos do modelo modernizador sobre o meio ambiente, colocaram, como assinala Tauk Santos (2002), a Comunicação para o Desenvolvimento frente a novos desafios: a construção do desenvolvimento local sustentável e a convivência com as novas socialidades erigidas pelas tecnologias digitais da informação e comunicação.

O desenvolvimento local é entendido como “o processo de construção de oportunidades e de melhores condições de vida para as populações locais mobilizando capacidades e energias locais” (TAUK SANTOS; CALLOU, 1995). Tornou-se um conceito que ganhou importância a partir dos anos 1990. Tal fenômeno deveu-se a um conjunto de fatores como a mundialização dos mercados, o incremento das políticas neoliberais, a crise do desemprego e a crise na coesão social das comunidades locais, expostas à violência de todas as ordens.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento local se materializa no acesso das pessoas não apenas à renda, mas também ao conhecimento e à proximidade de instâncias de poder e governos, dando-lhes instrumental necessário para influenciar as decisões políticas/administrativas em suas comunidades (FRANCO, 2000). Como assinala o autor, não basta crescer economicamente, é preciso garantir o acesso das pessoas não apenas à renda, mas à riqueza, ao conhecimento e à

capacidade de influir nas decisões públicas. Para o autor, o desenvolvimento local constitui uma estratégia que favorece a conquista da sustentabilidade, na medida em que conduz à construção de comunidades sustentáveis.

Esse processo favorece, como ressalta Carlos Jara, a participação dos atores locais na construção de uma nova cidadania, que inclui o bem-estar econômico, a preservação ambiental, a equidade social, a identidade cultural e o atendimento das necessidades humanas básicas (JARA, 2001).

Ao incorporar a noção de sustentabilidade, o desenvolvimento passa a compatibilizar, como assinala Thornton (2006), dois novos conceitos: a saúde do meio ambiente e o respeito às igualdades intrageracionais e intergeracionais. O autor resume o desenvolvimento local sustentável numa dialética combinatória do desenvolvimento ambiental – conservação do meio ambiente e dos recursos naturais promovendo atividades produtivas orientadas para a qualidade de vida – com o desenvolvimento social, compatível com os valores culturais, voltado à construção de um mundo mais humano e à redução da pobreza.

Há uma dimensão fundamental da sustentabilidade, que é a dimensão política. Refere-se aos processos participativos e democráticos na construção do desenvolvimento (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Trata-se de um domínio estratégico para o campo da Comunicação/ Educação na medida em que abriga as dinâmicas de redes de organização social e articulação com a sociedade mais ampla. Nesse espaço que se localizam as redes informativas responsáveis pelas novas formas de agrupamento e as novas sociabilidades.

Manuel Castells fala da revolução informacional que vem gerando um novo tipo de sociedade nos domínios econômico, social e cultural:

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura da virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente,

interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades das elites dominantes (CASTELLS, 1999, p.17)

Para Néstor García Canclini (2004), essa revolução representa “a passagem da primeira modernidade, liberal e democrática, a uma modernização seletiva e abertamente excludente em escala global, que nos coloca diante de um novo horizonte no qual as diferenças e desigualdades deixam de ser fraturas a superar, como pretendia o humanismo moderno” (CANCLINI, 2004, p.73).

Para o autor, na sociedade contemporânea, os termos diferença e desigualdade foram substituídos por inclusão e exclusão. O sentido dessa mudança, ele explica a sociedade, concebida em termos de extratos e níveis, ou distinguindo-se segundo identidades étnicas ou nacionais, pensada agora sob a metáfora da rede. Os incluídos são os que estão conectados, os outros são os excluídos sem conexão (CANCLINI, 2004, p.73).

O acesso à rede mundial de computadores e a navegação no ciberespaço tornaram-se, portanto, uma questão de cidadania. Surge uma nova forma de classificar os indivíduos em sociedade entre *incluídos*, os que acessam a rede de computadores, e os *outsiders*, os que não têm acesso a ela.

Carlos Seabra, ao analisar os impactos sociais da Informática, afirma que uma sociedade “baseada cada vez mais na troca de valores simbólicos, do dinheiro à informação, vai mudar o eixo da economia, acabar com o conceito atual de trabalho, valorizar mais que tudo o conhecimento e aprendizagem” (SEABRA, não datado). Ao tomar os dois eixos fundamentais nos quais, particularmente se opera hoje a exclusão social, que são a educação e o mundo do trabalho, Seabra (não datado) afirma que o abismo social será mais aprofundado caso não haja uma política de acesso universal às novas tecnologias.

Considerações finais

Conhecimento e aprendizagem constituem, portanto, os pré-requisitos fundamentais para atuar no novo cenário do mundo. Tal constatação empodera cada vez mais o valor e a importância do esforço da Comunicação/Educação para o Desenvolvimento. Mas ao mesmo tempo, conforme assinalado em texto anterior (TAUK SANTOS, 2016), coloca esse campo de ação diante de desafios sem precedentes, para o

enfrentamento de questões como: que estratégias de Comunicação/Educação poderiam ser formatadas no sentido de construir o Desenvolvimento Local Sustentável, capaz de incluir em todos os níveis homens, mulheres, jovens, negros, índios, quilombolas, agricultores familiares, povos das águas, povos das florestas, vítimas da pobreza e da exclusão social? Que mecanismos formativos podem ser formulados para a viabilização de ações de Comunicação para o Desenvolvimento Local no sentido de:

- Encorajar a solução de problemas do autodesenvolvimento econômico e social das comunidades locais;
- Estimular a economia criativa;
- Promover o empoderamento de associações populares;
- Fortalecer as lideranças municipais;
- Estimular a criação de empresas comunitárias, associações e cooperativas;
- Mobilizar e garantir a participação das mulheres e dos jovens nas atividades econômicas, produtivas e sociais da comunidade;
- Articular as parcerias das organizações governamentais, não governamentais e a população local;
- Disseminar ações de conservação ambiental;
- Articular e fortalecer os conselhos municipais;
- Viabilizar ações permanentes de capacitação e assistência técnica para a população envolvida no Desenvolvimento Local;
- Promover a inclusão digital da juventude rural;
- Articular redes sociais que possibilitem a ação em concerto e fluxos permanentes de informação e comunicação para que as populações dos contextos populares produzam seus conteúdos dando consequência às suas lutas emancipatórias.

Finalmente, o desafio maior à Comunicação e Educação para o Desenvolvimento Local contemporâneo, o de construir um mecanismo formativo capaz de disseminar valores nessas populações, a exemplo do que propõe Eli da Veiga (2012), como a esperança, a liberdade, a equidade e a solidariedade.

Referências

CANCLINI, N.G. **Diferentes, desiguales y desconectados – Mapas de la Interculturalidad**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

_____. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **Culturas Híbridas y Estrategias Comunicacionales In: Seminario Fronteras Culturales 1996 – Identidad y Comunicación en America Latina**. Stirling (Escócia): Universidade de Stirling, 1996.

_____. **As culturas populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANCLINI, N.G.; RONCAGLIOLO, R. **Cultura Transnacional, Culturas Populares**. Lima: IPAL, 1988.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, vol.1.

FRANCO, A. de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável – 2ª Ed.** Brasília: Instituto de Política, 2000.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação - 4ª Ed.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JARA, C.J. **As dimensões intangíveis do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IICA, 2001.

MARTIN-BARBERO, J. **De los médios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía**. Barcelona: Editorial G. Gili, S.A., 1987.

SEABRA, C. **Inclusão Digital: desafios maiores que as simples boas intenções**. São Paulo: Centro de Inclusão Digital e Educação Comunitária. USP, [não datado]. Disponível em <www.cidec.futuro.usp.br/artigos/artigo6.html> Acesso em 10 abr 2006, às 14h.

TAUK SANTOS, M.S. **Comunicação para o desenvolvimento: redes da memória**. Recife: Ed. CEPE, 2016.

_____. **O Consumo de Bens Culturais nas Culturas Populares In: PERUZZO, C. M. K; PINHO, J.B. (Org.) Comunicação e Multiculturalismo**. São Paulo: Intercom; Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2001 – PP.253-275.

_____. Comunicação Rural e Mercado de Trabalho na era tecnológica: O Desenvolvimento Local está na pauta *In*: CALLOU, A.B.F. (Org). **Comunicação Rural, Tecnologia e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Intercom, 2002.

_____. Comunicação Rural: Velho Objeto, Nova Abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. *In*: LOPES, M.I.V. de; FRAU-MEIES, D.; TAUK SANTOS, M.S. **Comunicação e informação: identidades sem fronteiras**. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000.

_____. Communication et consommation: espace de malentendus entre activistes sociaux et petits paysans au Brésil. *In*: HAUBERT, M. **Les paysans, l'état et le marché: sociétés paysannes et développement**. Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, pp.241-252.

_____. Comunicação e Consumo: espaço das mediações da cultura transnacional e das culturas populares. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol. 19. São Paulo: Intercom, 1996.

_____. Comunicação e Educação no mundo rural: uma experiência libertadora com pequenos agricultores. *In*: KUNSCH, M.M.K. **Comunicação e Educação – Caminhos Cruzados**. São Paulo: Edições Loyola, 1986. pp.389-394.

TAUK SANTOS, M.S.; CALLOU, A.B.F. desafios da Comunicação Rural em tempos de Desenvolvimento Local. **Signo Revista de Comunicação Integrada**. Universidade Federal da Paraíba, a.2, n.3, pp.42-47, 1995.

THORNTON, R.D. **Los 90 y el nuevo siglo em los sistemas de extensión y transferencia de tecnologia públicos em El Mercosur**. Santa Rosa (Argentina): Base 1, 2006.

TIMMER, W. **Planejamento do Trabalho de Extensão Agrícola**. Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola – Brasil, 1954.

VEIGA, E.J. da. A ruptura necessária para outra economia. **Jornal Valor**, São Paulo. Disponível em <<http://www.valor.com.br/cultura/2691664/ruptura-necessaria-para-outra-economia#ixzzwvqk57wk>> Acesso em 16 fev 2014 às 15h35.